



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 04.

TEXTO:

A avareza

O dinheiro é o deus do mundo, e seu fascínio não mora apenas no coração dos ricos, mas também no coração dos pobres.

Avarenta não é somente a pessoa que adora o dinheiro, o pão-duro, que só pensa em economizar, privando-se dos prazeres da vida. A avareza também é um problema espiritual. O avarento só vê coisas e pessoas por meio do dinheiro. Todos os seus sentidos estéticos e éticos foram destruídos. Beleza, amor, honestidade — essas coisas não contam. Seu coração e sua cabeça só visam ao lucro.

Por que o avarento se entrega ao amor pelo dinheiro? Porque ele sabe que o dinheiro é um deus com poderes de operar as mais fantásticas transformações.

Pense nas misérias do Brasil. Elas não são produzidas pela ira, pela preguiça, pela inveja, pela gula, pela arrogância, pela luxúria. Esses demônios são fracos. Elas são produzidas pela avareza. As delícias da riqueza tornam qualquer corrupção aceitável. Pense nas tragédias do mundo: as mortandades entre tribos miseráveis da África, os genocídios acontecidos na defunta Iugoslávia. Esse sofrimento foi produzido pelo uso de armas pensadas com cabeças científicas, fabricadas com cabeças técnicas, vendidas pelo amor ao lucro. Mas quem é movido pela avareza não sabe o que é o sofrimento dos outros.

Perdeu a capacidade de sentir com o coração. Só sente com os números da riqueza.

ALVES, Rubem. A avareza. **Psique**: ciência & vida, São Paulo: Escala, ano IV, n. 43, p. 66, 2009. Adaptado.

Questão 01 (Peso 1,5)

Identifique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

A leitura do texto permite afirmar que a avareza

- () é a degeneração da dimensão do TER em detrimento da dimensão do SER.
- () anula os reais valores em que uma pessoa deve fundamentar seu convívio social.
- () transforma o indivíduo em um ser capaz de cometer toda sorte de corrupção moral na busca de lucro.
- () constitui marca própria dos que possuem alto poder aquisitivo, exatamente pelo apego exagerado ao dinheiro.
- () acaba tornando o homem, de fato e de direito, o real possuidor de todas as virtudes humanas, já que o dinheiro tudo pode e tudo transforma.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) F V V F V
- B) F V F F V
- C) V F F V F
- D) V V V F F
- E) V V V V V

Questão 02 (Peso 1,0)

Das informações contidas no texto, pode-se inferir:

- A) As grandes fortunas mundiais têm sua origem na avareza.
- B) O dinheiro, como o deus do mundo, compra tudo e todos, indistintamente.
- C) A avareza, dentre os pecados capitais, é o que mais promove infortúnios no mundo.
- D) A patologia do TER leva as pessoas a corromper outras sem jamais terem sido corrompidas.
- E) A necessidade de acumular bens, para o avarento, é uma constante que rejeita o desejo de que as coisas continuem inalteradas.



Questão 03 (Peso 1,0)

Há equivalência de sentido entre o fragmento transcrito, devidamente contextualizado, e o que está proposto a seguir, em *itálico*, na alternativa

- A) “privando-se dos prazeres da vida.” (linha 4) — *porque está se abstendo das alegrias da vida.*
- B) “A avareza também é um problema espiritual.” (linha 4) — *A mesquinhez é indubitavelmente uma característica espiritual.*
- C) “O avarento só vê coisas e pessoas por meio do dinheiro.” (linhas 4 e 5) — *O avaro enxerga coisas e pessoas principalmente com base no dinheiro.*
- D) “Porque ele sabe que o dinheiro é um deus com poderes” (linhas 7 e 8) — *Já que ele pressente que o dinheiro é uma divindade com dons.*
- E) “Mas quem é movido pela avareza não sabe o que é o sofrimento dos outros.” (linha 14) — *Contudo quem é impulsionado pela sovínice não reconhece o que é o padecimento dos outros.*

Questão 04 (Peso 2,0)

Quanto aos elementos linguísticos que compõem o texto, marque com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () “o”, em “o deus do mundo” (linha 1), individualiza a palavra “deus”.
- () “mas também”, em “mas também no coração dos pobres.” (linhas 1 e 2), expressa adição.
- () “essas”, em “essas coisas não contam.” (linha 6), indica algo a ser anunciado.
- () “ao lucro”, em “Seu coração e sua cabeça só visam ao lucro.” (linha 6), e “ao lucro”, em “vendidas pelo amor ao lucro.” (linha 14), exercem a mesma função sintática.
- () “Elas”, em “Elas não são produzidas pela ira” (linha 9), e “Elas”, em “Elas são produzidas pela avareza.” (linha 10), retomam, no texto, o mesmo antecedente.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V F F V
- B) F V F V F
- C) V F F V V
- D) F F V V F
- E) V V V V V

Leia o texto a seguir para responder às questões 05 e 06.

TEXTO:



ADMS, Scott. Dilbert. **A Tarde**, Salvador, 21 maio 2006. Caderno 2, p. 8.

Questão 05 (Peso 1,0)

Constitui uma afirmação verdadeira sobre o texto a indicada na alternativa

- A) Mostra os benefícios de um diálogo franco na manutenção das relações interpessoais.
- B) Evidencia uma tentativa de defesa do indefensável, pautada na prepotência de um ser inescrupuloso.
- C) Põe em destaque o desnível cultural existente entre pessoas com diferentes leituras da realidade palpável.
- D) Ilustra um caso em que a ponderação de um dos interlocutores leva o outro a refletir melhor sobre seus atos.
- E) Explicita um conflito moral em que um dos personagens orienta o outro sobre como se conduzir na sociedade.



Questão 06 (Peso 1,0)

A respeito do texto, é verdadeiro o que se afirma em

- A) O contexto, em sua totalidade, deixa implícita a ideia de que a busca de autoafirmação distorce, muitas vezes, a conduta do ser humano.
- B) A atitude do que está sendo questionado obstaculiza a tentativa de o seu interlocutor demovê-lo da ideia de roubar os seus semelhantes.
- C) O discurso do personagem indagador permite pressupor que seu interesse pelo outro é de âmbito moral.
- D) A fala do questionado, diferente da de seu interlocutor, revela marcas da oralidade da língua.
- E) A última pergunta do indagador demonstra a sua pouca percepção do caráter do outro.

Questão 07 (Peso 1,0)

— O mundo está cheio de salafrários! Hoje cedo, o padeiro me passou uma nota falsa de vinte reais.
— Cadê a nota, meu bem? — perguntou o marido.
— Já me livrei dela — explicou a esposa. Por sorte, o açougueiro aceitou-a.

O MUNDO está... **Piadas**. Rio de Janeiro: Ediouro; Tecnoprint, 1985. p. 15.

O provérbio que melhor sintetiza a situação retratada no texto é

- A) “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.”
- B) “O bom julgador por si julga os outros.”
- C) “Não adianta chorar o leite derramado.”
- D) “Dia de muito, véspera de pouco.”
- E) “Pedra que rola não cria limo.”

Leia o texto a seguir para responder às questões de 08 a 10.

TEXTO:

Dois e dois: quatro

Como dois e dois são quatro
sei que a vida vale a pena
embora o pão seja caro
e a liberdade, pequena.

5 Como teus olhos são claros
e a tua pele, morena

como é azul o oceano
e a lagoa, serena

10 como um tempo de alegria
por trás do terror me acena

e a noite carrega o dia
no seu colo de açucena

— sei que dois e dois são quatro
sei que a vida vale a pena

15 mesmo que o pão seja caro
e a liberdade, pequena.

GULLAR, Ferreira. Dois e dois: quatro. **Toda poesia**: (1950-1980). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p. 234.



Questão 08 (Peso 1,5)

Assinale com **V** as afirmativas verdadeiras sobre o texto e com **F**, as demais.

- () O poema revela os sentimentos contraditórios do ser humano.
- () A voz poética é marcada por uma consciência social e política.
- () Os versos em estudo tematizam a vida e os seus desencontros destruindo sonhos.
- () O sujeito-poético declara, em seus versos, compromisso com a realidade econômica de seu país.
- () O enunciador do discurso demonstra sua crença na superação dos obstáculos encontrados no dia a dia.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V F V F V
- B) F V F F V
- C) V F V V F
- D) V F F V F
- E) F V V F V

Questão 09 (Peso 1,0)

Embora o poema apresente uma linguagem denotativa, o uso da conotação está presente predominantemente nos versos transcritos em

- A) “Como dois e dois são quatro/ sei que a vida vale a pena” (versos 1 e 2).
- B) “embora o pão seja caro/ e a liberdade, pequena.” (versos 3 e 4).
- C) “Como teus olhos são claros/ e a tua pele, morena” (versos 5 e 6).
- D) “e a noite carrega o dia/ no seu colo de açucena” (versos 11 e 12).
- E) “— sei que dois e dois são quatro/ sei que a vida vale a pena” (versos 13 e 14).

Questão 10 (Peso 2,0)

Do ponto de vista sintático-semântico, é correto afirmar:

- A) Os elementos de coesão textual “Como” (verso 1) e “Como” (verso 5) estabelecem diferentes relações no contexto em que se encontram.
- B) As vírgulas que separam os termos “liberdade” e “pequena” (verso 4) e “lagoa” e “serena” (verso 8) sinalizam a ausência da mesma forma verbal, que fica subentendida.
- C) A expressão “por trás do terror” (verso 10) complementa o sentido de “acena” (verso 10).
- D) O termo “o dia” (verso 11) exerce a mesma função sintática de “caro” (verso 15).
- E) A locução “de açucena” (verso 12) restringe o sentido de “colo” (verso 12).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11 (Peso 1,0)

Acerca dos tipos de Constituição, pode-se afirmar que, quanto

- I. à forma, se classificam em outorgadas e democráticas.
- II. à origem, são classificadas em dogmáticas e históricas.
- III. à estabilidade, se classificam em imutáveis, rígidas, flexíveis e semirígidas.
- IV. ao modo de elaboração, se classificam em escritas e não escritas.
- V. à extensão, são classificadas em analíticas e sintéticas.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) II e V.
- E) III e V.



Questão 12 (Peso 2,0)

Analise as seguintes assertivas acerca da emenda constitucional:

- I. A emenda constitucional será promulgada pelas Mesas da Câmara de Deputados e do Senado Federal, independente da Casa Legislativa responsável por sua apresentação.
- II. A Constituição Federal poderá ser emendada por proposta de um terço das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- III. Em nenhuma hipótese, a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência de intervenção federal ou estado de sítio.
- IV. A Constituição Federal poderá ser emendada por proposta de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- V. As regras que dispõem sobre a nacionalidade brasileira não poderão ser objeto de emenda constitucional.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 13 (Peso 1,0)

Diante dos princípios constantes na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos

- A) a cidadania, os valores sociais do trabalho e os valores sociais da livre iniciativa.
- B) a cidadania, os valores sociais do trabalho e a garantia do desenvolvimento nacional.
- C) a cidadania, os valores sociais da livre iniciativa e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D) os valores sociais do trabalho, a garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- E) os valores sociais da livre iniciativa, a garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Questão 14 (Peso 2,0)

Analise as seguintes assertivas acerca dos direitos e das garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal:

- I. O remédio judicial idôneo para combate à denegação ilegal do fornecimento de certidões é o *habeas data*.
- II. Não existe qualquer hipótese para extradição de brasileiro pela prática de crime comum.
- III. O princípio da igualdade impede qualquer tratamento discriminatório em concurso público.
- IV. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há dois anos, na defesa dos interesse de seus associados.
- V. O direito de liberdade de reunião não exige autorização prévia de qualquer autoridade pública.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e V.
- E) IV e V.

Questão 15 (Peso 1,5)

O mandado de injunção será concedido

- A) para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- B) quando alguém se achar ameaçado de sofrer coação em sua liberdade de locomoção por abuso de poder.
- C) para retificação de dados, em substituição a processo administrativo sigiloso.
- D) quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- E) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de banco de dados de entidades de caráter público.



Questão 16 (Peso 1,5)

Acerca do Poder Legislativo, pode-se afirmar:

- I. Compete privativamente ao Senado Federal autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República.
- II. A aprovação do estado de defesa e da intervenção federal e a autorização do estado de sítio são de competência exclusiva do Congresso Nacional.
- III. Compete, privativamente, à Câmara dos Deputados eleger os membros do Conselho da República.
- IV. Os deputados federais e senadores da República têm mandato de quatro anos.
- V. É vedada a edição de medida provisória referente à matéria relativa a Direito Processual Civil.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e IV.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.

Questão 17 (Peso 1,5)

Acerca do Poder Executivo, é verdadeiro o que se afirma em

- I. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos referidos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- II. A idade mínima para exercício do cargo de Ministro de Estado é de vinte e um anos.
- III. O Ministro de Estado do Planejamento é membro do Conselho de Defesa Nacional.
- IV. O Ministro de Estado das Relações Exteriores é membro do Conselho da República.
- V. Compete, privativamente, ao Vice-Presidente da República presidir o Conselho da República.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.

Questão 18 (Peso 1,0)

Sobre o Poder Judiciário, pode-se afirmar:

- I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o Ministro de Estado da Defesa pela prática de crime comum.
- II. É vedado aos juízes exercer a advocacia no tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- III. A idade mínima para o exercício dos cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça é de trinta e cinco anos.
- IV. O Conselho Nacional de Justiça tem, em sua formação, dois terços de integrantes oriundos das carreiras do próprio Poder Judiciário.
- V. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica pela prática de crime comum.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e III.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.



Questão 19 (Peso 2,0)

Acerca do Poder Judiciário, analise as seguintes assertivas:

- I. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- II. Compete aos tribunais regionais federais processar e julgar, originariamente, as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- III. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de mais da metade de seus membros, após reiteradas decisões acerca de matéria constitucional, aprovar súmula, que, após sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- IV. A lei pode atribuir competência a Juízes de Direito para processar e julgar matéria inerente à Justiça do Trabalho.
- V. Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho são nomeados pelo Presidente da República, enquanto os juízes dos tribunais regionais do trabalho são nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, após apresentação de lista tríplice formada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e IV.
- B) I e V.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) III e IV.

Questão 20 (Peso 1,0)

Podem propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- A) Senador da República, deputado federal e governador de Estado.
- B) Senador da República, deputado federal e entidade de classe de âmbito nacional.
- C) Senador da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e entidade de classe de âmbito nacional.
- D) Deputado federal, governador de Estado e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- E) Governador de Estado, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e entidade de classe de âmbito nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 21 (Peso 1,0)

Analise as assertivas.

- I. A legalidade é princípio explícito da Administração Pública, significando que a essa administração somente pode fazer o que estiver previsto em lei.
- II. Em decorrência do princípio da legalidade, a Administração Pública não pode, por meio de simples ato administrativo, criar obrigações ou impor vedações aos administrados, mas tão-somente conceder-lhes direitos.
- III. O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os motivos de fato e de direito de suas decisões, salvo quando se tratar de ato discricionário.
- IV. Em razão do princípio da continuidade do serviço público, é proibida, pela Constituição Federal, a realização de greve no serviço público.
- V. O princípio da razoabilidade pode ser utilizado para controle da discricionariedade administrativa.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e II.
- B) I e V.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) IV e V.



Questão 22 (Peso 1,5)

Com relação aos atos administrativos, pode-se afirmar:

- I. A anulação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade, podendo ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela, ou pelo Poder Judiciário.
- II. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- III. A revogação atuará sempre com efeitos *ex tunc*.
- IV. A revogação pressupõe sempre a existência de um ato inquinado de vício de legalidade.
- V. A Administração Pública pode anular ou revogar seus atos administrativos, não podendo, porém, quanto à anulação, fazê-lo de ofício.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e II.
- B) I e V.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) IV e V.

Questão 23 (Peso 2,0)

Em relação ao Poder de Polícia, é verdadeiro o que se afirma em

- I. O Poder de Polícia é sempre exercido com vinculação estrita, obedecendo às limitações da lei relativas à competência, à forma, à finalidade, aos motivos e ao objeto.
- II. Em sentido amplo, a expressão “Poder de Polícia” significa toda e qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais.
- III. Somente a Administração Direta tem idoneidade para exercer o Poder de Polícia.
- IV. A Administração Pública tem a prerrogativa de impor restrições aos direitos dos indivíduos, visando atender a um interesse público, não podendo, todavia, utilizar-se de força para fazer cumprir suas determinações sem a devida ordem judicial.
- V. A polícia judiciária é privativa de corporações especializadas, enquanto a polícia administrativa se reparte entre diversos órgãos da Administração.

A alternativa em que **todas** as assertivas indicadas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.

Questão 24 (Peso 2,0)

Sobre os Poderes da Administração Pública, é correto afirmar:

- I. O Poder Discricionário é a prerrogativa concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público, não podendo o ato administrativo praticado no exercício desse poder sofrer controle judicial.
- II. O Poder de Revisão dos atos administrativos deriva do Poder Disciplinar.
- III. O Poder de Polícia impede que o particular, diante da ação da Administração Pública, busque a tutela na via judicial.
- IV. São atributos do Poder de Polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.
- V. Os poderes administrativos são poderes-dever, e por isso são irrenunciáveis.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.



Questão 25 (Peso 2,0)

Em relação à responsabilidade civil do Estado, pode-se afirmar:

- I. Quanto aos atos judiciais que causam danos, somente os praticados dolosamente geram direito à indenização.
- II. A responsabilidade do Estado por omissão caracteriza-se como de natureza subjetiva.
- III. Empresas privadas prestadoras de serviços públicos podem responder pelos danos causados por seus agentes, independentemente de culpa.
- IV. O terceiro que sofreu dano por ato de agente público, para obter indenização, deverá mover ação contra o agente causador do dano e contra o Estado, pois se trata de litisconsórcio passivo necessário.
- V. O Estado responde por danos causados em virtude de caso fortuito ou força maior, em razão da adoção da responsabilidade estatal objetiva.

A alternativa em que **todas** as assertivas indicadas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.

Questão 26 (Peso 1,5)

Em relação à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

- I. A Administração Pública não precisa aguardar a conclusão do processo criminal para iniciar e concluir o procedimento administrativo-disciplinar, com aplicação da sanção administrativa.
- II. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição no processo criminal por falta de provas.
- III. A responsabilidade civil do servidor público decorrerá apenas de atos dolosos, seja ele comissivo ou omissivo.
- IV. Em razão da independência das instâncias penal e administrativa, a absolvição em processo administrativo disciplinar não impede a apuração dos mesmos fatos em processo criminal.
- V. Os ilícitos administrativos seguem a regra da rígida tipicidade.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.

Questão 27 (Peso 1,5)

Sobre ato administrativo, pode-se afirmar:

- I. A finalidade é elemento sempre vinculado ao ato administrativo.
- II. Os atos administrativos são dotados de presunção absoluta de legalidade e veracidade.
- III. Um ato administrativo com vício de finalidade não pode ser convalidado.
- IV. A licença é ato discricionário da Administração Pública que faculta o particular do exercício de alguma atividade.
- V. Todos os atos administrativos gozam do atributo da auto executoriedade.

A alternativa em que **todas** as assertivas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.



Questão 28 (Peso 1,0)

Sobre a Administração Pública, pode-se afirmar:

- I. Os bens das pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta gozam da garantia da impenhorabilidade.
- II. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por se dedicarem à exploração de atividades econômicas, têm suas relações de trabalho com seus empregados regidas pelas mesmas regras das empresas privadas.
- III. As agências reguladoras, que vêm sendo criadas para controlar atividades concedidas ou permitidas, integram a Administração Direta.
- IV. As autarquias possuem imunidade tributária relativamente ao seu patrimônio, à sua renda e aos serviços vinculados à sua finalidade essencial.
- V. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da Administração Indireta, criadas por lei específica para desempenhar funções típicas de Estado.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.

Questão 29 (Peso 1,0)

Analise as assertivas relativas a servidores públicos.

- I. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- II. A revisão geral anual da remuneração e dos subsídios dos agentes públicos deve se dar sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- III. Os servidores estáveis podem ser exonerados, sem direito à indenização, para fins de cumprimento dos limites com gasto com pessoal.
- IV. É assegurado ao servidor posto em disponibilidade remuneração integral.
- V. O procedimento de avaliação periódica de desempenho, instituído pela Emenda Constitucional 19/98, pode levar o servidor público à perda do cargo.

A alternativa em que **todas** as assertivas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.

Questão 30 (Peso 1,0)

Sobre os servidores públicos, é correto afirmar:

- I. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 30 (trinta) dias.
- II. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença de enteado.
- III. A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida por até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo.
- IV. A licença para capacitação poderá ser concedida por até 3 (três) meses, após cada quinquênio de efetivo exercício, no interesse do servidor.
- V. É assegurado ao servidor direito à licença remunerada para o desempenho de mandato em sindicato representativo da categoria.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) IV e V.



DIREITO CIVIL

Questão 31 (Peso 2,0)

Acerca da lei civil, pode-se afirmar:

- I. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro não será regida pela lei brasileira quanto ao ônus e aos meios de sua produção, não sendo admitidas, porém, no Brasil, provas desconhecidas pela lei brasileira.
- II. A revogação parcial de uma lei denomina-se ab-rogação.
- III. Os casos de invalidade do matrimônio, na hipótese de diversidade de domicílios dos nubentes, serão regidos pela lei do último domicílio conjugal.
- IV. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- V. A lei começa a vigorar em todo país, salvo disposição em contrário, quarenta e cinco dias após publicação oficial.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e II.
- B) I e V.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) IV e V.

Questão 32 (Peso 1,5)

Ronaldo Romário, domiciliado na Cidade de Boa Nova-BA, faleceu na Argentina, aí deixando 45% dos seus bens, 30% desses bens no Brasil e 25% na Itália. Rosa Rosalina, esposa do único casamento de Ronaldo Romário e com quem conviveu até a morte, tendo com ele três filhos, todos de nacionalidade boliviana, nasceu na Alemanha e, logo após a morte de Ronaldo Romário e antes de aberta sua sucessão, trocou o domicílio da Cidade de Boa Nova-BA por outro na cidade do Chile.

Nessa situação, nos termos do Decreto-Lei nº 4.657/42, a legislação do país a que se deve obedecer, no tocante à sucessão de Ronaldo Romário, é a

- A) do Brasil.
- B) da Bolívia.
- C) do Chile.
- D) da Argentina.
- E) da Alemanha.

Questão 33 (Peso 1,0)

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- A) os pródigos.
- B) os viciados em tóxicos.
- C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- D) os menores de dezoito anos.
- E) aqueles que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Questão 34 (Peso 1,0)

Acerca das Pessoas Jurídicas, é correto afirmar:

- I. São pessoas jurídicas de direito público interno os partidos políticos.
- II. São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias, inclusive as associações públicas.
- III. São pessoas jurídicas de direito público externo todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- IV. São pessoas jurídicas de direito público externo as fundações.
- V. São pessoas jurídicas de direito privado as organizações religiosas.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e IV.
- B) I, III e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) II, III e V.



Questão 35 (Peso 1,0)

Analise as seguintes assertivas acerca dos bens na lei civil:

- I. São bens públicos dominicais aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades, ainda que com estrutura de direito privado, se outra disposição não constar em legislação correspondente.
- II. Os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis, enquanto conservarem sua qualificação na forma que a lei determinar, já os bens públicos de uso especial e os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais.
- III. As edificações que sejam separadas do solo onde originariamente se encontrem, a fim de serem removidas para outro local, ainda que conservando sua unidade, perdem, provisoriamente, o caráter de bens imóveis.
- IV. Em relação aos bens, são benfeitorias úteis aquelas que facilitam o uso desses bens.
- V. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, ou mesmo por vontade das partes.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 36 (Peso 2,0)

Acerca dos fatos jurídicos na lei civil, é correto afirmar:

- I. A prescrição da pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos é de três anos, não podendo ser reduzida, mas apenas aumentada, em razão de acordo estabelecido pelas partes.
- II. A validade do negócio jurídico depende dos seguintes requisitos: agente capaz, interesse de agir e forma prescrita ou não defesa em lei.
- III. Em relação ao negócio jurídico, se duas partes agirem com dolo, nenhuma delas pode alegá-lo para anulação do negócio ou reclamação quanto à indenização.
- IV. O prazo para pleitear-se a anulação do negócio jurídico é de quatro anos contado, em caso de ato de incapazes, do dia em que foi cessada a incapacidade.
- V. É nulo o negócio jurídico quando a declaração de vontade emanar de erro que poderia ser percebido por pessoa de normal diligência, em face das circunstâncias do negócio, concernente à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que nesta, de modo relevante, tenha influído.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e II.
- B) I e V.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) IV e V.

Questão 37 (Peso 1,5)

Com relação às obrigações na lei civil, pode-se afirmar:

- I. Na obrigação de dar coisa incerta, a escolha, em regra, pertence ao devedor, que, entretanto, não poderá, ainda que por força maior ou caso fortuito, alegar, antes da escolha, perda ou deterioração da coisa.
- II. A solidariedade das obrigações não pode ser presumida, podendo ser resultante unicamente da vontade das partes.
- III. Na obrigação de restituição de coisa certa, se sobrevier melhoramento à coisa, sem despesa ou trabalho do devedor, lucrará o credor, desobrigado de indenização.
- IV. A obrigação indivisível perde tal característica se resolvida em perdas e danos.
- V. Nas obrigações alternativas, não estipulado o contrário, a escolha cabe ao devedor, não podendo este obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte na outra, nem, nas obrigações alternativas e periódicas, exercer a faculdade de escolha em cada período.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e III.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.



Questão 38 (Peso 1,0)

Sobre as obrigações na lei civil, analise as seguintes assertivas:

- I. Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título de crédito cedido, independente da ordem cronológica das diversas cessões.
- II. Incorre, de pleno direito, na cláusula penal o devedor que descumprir a obrigação ou se constituir em mora, ainda que apenas com culpa, em sentido estrito, sem ocorrência de dolo.
- III. No momento da cessação da confusão, opera-se o restabelecimento da obrigação anterior, excluídos, todavia, os seus acessórios.
- IV. No caso de obrigação cujo pagamento for estipulado em quotas periódicas, a quitação da última não estabelece nenhuma previsão de que as outras foram solvidas.
- V. Nas obrigações decorrentes de ato ilícito, a mora do devedor está configurada a partir do décimo quinto dia posterior à prática do ato.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e V.
- E) IV e V.

Questão 39 (Peso 1,5)

Acerca dos contratos na lei civil, pode-se afirmar:

- I. No caso de risco conjunto e simultâneo entre o objeto do comodato e outros de propriedade do comodatário, se este preferir salvar os seus, com abandono do bem do comodante, responderá pelo dano ocorrido, ainda que resultante de caso fortuito ou de força maior.
- II. A resolução por onerosidade excessiva pode ocorrer nos contratos onde as obrigações sejam exigíveis de ambas as partes ou apenas de uma delas.
- III. Nos contratos de empreitada de edifícios, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, decaindo, porém, desse direito o proprietário da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro nos cento e vinte dias posteriores ao aparecimento do vício ou defeito.
- IV. Na compra e venda pura, a fixação do preço não pode ser deixada ao arbítrio de terceiros.
- V. Na compra e venda, o direito de preferência não é transmitido aos herdeiros.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e V.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) II, III e V.

Questão 40 (Peso 2,0)

Analise as seguintes assertivas acerca das sociedades limitadas na lei civil:

- I. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo eles, conjuntamente, pela integralização do capital social.
- II. Na sociedade limitada, poderá ocorrer modificação do contrato social por deliberação dos sócios que representem três quartos do capital social.
- III. A sociedade limitada não poderá reduzir seu capital social.
- IV. Nas sociedades limitadas com mais de dez sócios, é indispensável a instituição do Conselho Fiscal.
- V. A administração da sociedade limitada poderá ser exercida por um não sócio.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) II e V.
- E) III e V.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 41 (Peso 1,0)

Acerca das partes e seus procuradores na lei processual civil, pode-se afirmar:

- I. Haverá decretação de nulidade processual se, verificando a irregularidade da representação do autor, este não supra tal defeito, quando determinado pelo juiz que seja sanada tal irregularidade.
- II. Em regra, os litisconsortes, em relação à parte adversa, serão considerados como litigantes únicos.
- III. O adquirente ou o cessionário do bem não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante ou o cedente sem o consentimento da parte contrária.
- IV. O juiz dará curador especial ao réu preso.
- V. Nas ações possessórias, é indispensável a participação do cônjuge, que será necessariamente citado.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e IV.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.

Questão 42 (Peso 2,0)

Em relação à competência na lei processual civil, é verdadeiro o que se afirma em

- I. Declarada a incompetência absoluta, todos os atos processuais serão nulos.
- II. A ação intentada perante tribunal estrangeiro induz litispendência, obstando que a autoridade judiciária brasileira conheça a mesma causa, não obstando, porém, que conheça as causas que lhes sejam conexas.
- III. A ação fundada em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro do domicílio do réu.
- IV. A competência em razão da matéria é a única inderrogável.
- V. Nas ações de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e II.
- B) I e V.
- C) II e IV.
- D) III e IV.
- E) III e V.

Questão 43 (Peso 1,5)

Acerca dos atos processuais na lei processual civil, é correto afirmar:

- I. Os prazos, salvo disposição em contrário, serão computados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
- II. Os atos processuais realizar-se-ão, em regra, em dias úteis das seis às vinte horas.
- III. O prazo para a prática do ato processual a cargo da parte, não havendo preceito legal nem determinação pelo juiz, é de dez dias.
- IV. Os atos e termos processuais, em regra, são formais, ou seja, devem cumprir a forma prevista em lei.
- V. É defeso às partes, ainda que com unanimidade de concordância, a redução ou prorrogação dos prazos peremptórios.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e V.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) II, III e V.



Questão 44 (Peso 2,0)

Com relação aos atos processuais, na lei processual civil, pode-se afirmar:

- I. A citação por meio de oficial de justiça só será procedida quando frustrada a citação pelo correio.
- II. Quando a intimação for procedida por oficial de justiça, o prazo começará a fluir da data em que a parte oferecer o ciente no respectivo mandado.
- III. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.
- IV. A citação não será feita, exceto para evitar perecimento do direito, a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.
- V. Nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar citações ou intimações em qualquer delas.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.

Questão 45 (Peso 1,5)

São consideradas causas de suspensão do processo

- A) a morte ou a perda de capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador, a oposição de exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, e o acolhimento, pelo juiz, da alegação de perempção.
- B) a morte ou a perda de capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador, a oposição de exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, e a convenção das partes.
- C) a morte ou perda de capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador, o acolhimento, pelo juiz, da alegação de perempção e o acolhimento, pelo juiz, da alegação de litispendência.
- D) a oposição de exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, a convenção das partes e o acolhimento, pelo juiz, da alegação de litispendência.
- E) o acolhimento, pelo juiz, da alegação de perempção, a convenção das partes e o acolhimento, pelo juiz, da alegação de litispendência.

Questão 46 (Peso 1,5)

Ocorrerá extinção do processo com resolução de mérito quando

- A) o juiz indeferir a petição inicial.
- B) houver convenção de arbitragem.
- C) ocorrer confusão entre autor e réu.
- D) as partes transigirem.
- E) o juiz acolher a alegação de coisa julgada.



Questão 47 (Peso 1,0)

Acerca das provas na lei processual civil, pode-se afirmar:

- I. O menor de dezoito anos é incapaz de ser testemunha.
- II. A prova pericial pode ser dispensada pelo juiz quando, na petição inicial e na contestação, existam pareceres técnicos ou documentos elucidativos consideradas suficientes para comprovação das questões de fato.
- III. A veracidade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa pode ser provada por meios que não estejam estabelecidos no Código de Processo Civil.
- IV. A prova testemunhal, desde que tempestivamente requerida, deverá ser produzida pelo juízo, ainda que em relação a fatos constantes na confissão da parte.
- V. O incidente de falsidade poderá ser produzido somente até o término da audiência de instrução e julgamento.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e V.
- E) IV e V.

Questão 48 (Peso 1,0)

O prazo para a Fazenda Pública opor embargos, quando figura no polo passivo do processo de execução, é de

- A) cinco dias.
- B) dez dias.
- C) quinze dias.
- D) vinte dias.
- E) trinta dias.

Questão 49 (Peso 1,0)

Em regra, o prazo para interposição dos embargos de declaração no processo civil é de

- A) três dias.
- B) cinco dias.
- C) oito dias.
- D) dez dias.
- E) quinze dias.

Questão 50 (Peso 2,0)

O recurso adesivo é admissível

- A) na apelação, nos embargos infringentes e no recurso extraordinário.
- B) no agravo, na apelação e no recurso extraordinário.
- C) no agravo, nos embargos infringentes e nos embargos de declaração.
- D) no agravo, na apelação e nos embargos de declaração.
- E) nos embargos infringentes, nos embargos de declaração e no recurso extraordinário.



DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Questão 51 (Peso 2,0)

Sobre as relações de trabalho *lato sensu*, pode-se afirmar:

- I. O trabalhador autônomo, apesar da liberdade que tem de gerir sua própria atividade, está inserido na proteção do Direito do Trabalho.
- II. O trabalhador avulso, a exemplo do portuário, a partir da Constituição Federal de 1988, teve seus direitos equiparados ao trabalhador com vínculo empregatício permanente.
- III. A situação do estagiário configurará relação empregatícia se a entidade que o contratar lhe proporcionar experiência prática, ligada à sua formação profissional, além do que o aluno deverá ter frequência efetiva na unidade de ensino que cursa.
- IV. As relações das cooperativas de mão de obra com o cooperado não se encontram abrangidas pelo Direito do Trabalho, salvo quando são desvirtuados seus objetivos ou quando há desrespeito aos princípios informadores do cooperativismo, o que configura fraude.
- V. O contrato de equipe, em que se ajusta com um grupo, a exemplo de uma orquestra, poderá assumir as feições de um vínculo empregatício, se o líder do conjunto o organiza e oferece seus serviços a terceiros, entretanto trabalha como os demais músicos, mediante subordinação jurídica, sem assumir os riscos da atividade.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e III.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.

Questão 52 (Peso 2,0)

Em relação à terceirização no Direito do Trabalho, é correto afirmar:

- I. Mesmo no caso de trabalho temporário, a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador de serviços.
- II. Ainda que a contratação seja legal, o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações.
- III. Não forma relação empregatícia com o tomador a contratação de serviços especializados ligados à atividade-meio da empresa, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação direta.
- IV. Se não houve a aprovação em concurso público, não há que se reconhecer a responsabilidade subsidiária de órgãos da Administração Pública, quando estes agem como tomadores de serviços, já que o vínculo, aqui, é nulo, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal.
- V. A responsabilidade indireta do tomador de serviços se funda no Direito Civil, na teoria da culpa presumida (*in eligendo* ou *in vigilando*), assemelhando-se sua posição à do fiador ou à do avalista.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e III.
- B) I, IV e V.
- C) II, III e IV.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.



Questão 53 (Peso 1,5)

Com relação às modalidades de contratos de emprego, assinale com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () O contrato de experiência, que é a modalidade do contrato determinado, permite a prorrogação, por uma única vez, antes de expirado o prazo e desde que não sejam ultrapassados noventa dias.
- () O contrato de trabalho por prazo determinado poderá, a depender da hipótese, ser inicialmente estipulado por mais de dois anos.
- () O contrato de experiência — *firmado de modo que a relação se extinga com o término do prazo* — é, em sua essência, compatível com o instituto da estabilidade provisória.
- () A característica fundamental de distinção entre contrato de trabalho e contratos afins — *como o de prestação de serviços, empreitada, mandato, representação comercial, sociedade e parceria rural* — é a absoluta subordinação jurídica, presente no primeiro e ausente nos demais.
- () A responsabilidade pré-contratual advém quando uma das partes viola o dever de boa-fé, na fase de negociações que antecedem o pacto, lesando, com esse comportamento, o outro, o que enseja o pleito de indenização, por perdas e danos, por quem se sentir prejudicado.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) F F V V V
- B) F V V F V
- C) V V F V V
- D) V F F V V
- E) V V V V V

Questão 54 (Peso 1,0)

Sobre duração do trabalho, é verdadeiro o que se afirma em

- I. Segundo interpretação do TST, as horas *in itinere* se justificam porquanto consistem em tempo à disposição do empregador e são devidas, mesmo se existir transporte público regular ao local de labor, mas em horário incompatível com a jornada de trabalho do operário.
- II. Aos empregados que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento — *aqueles em que há labuta em horários com sucessivas modificações, em atividade empresarial contínua* — é assegurada jornada de seis horas, salvo negociação coletiva.
- III. O acordo de compensação de jornada, que pode ser firmado tacitamente, é descaracterizado pela prestação de horas extraordinárias habituais.
- IV. Estão excluídos do direito a horas extraordinárias os operários que exercem cargo de confiança, desde que tenham distinção salarial compatível com a gama de responsabilidades, bem como os trabalhadores que desempenham função externa, mesmo que sujeitos à fiscalização e ao controle de jornada.
- V. Os empregados que laboram sob o regime de tempo parcial podem prestar horas extraordinárias, desde que não suplantem a jornada dos trabalhadores que cumprem, na mesma função, tempo integral.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) III e V.
- E) IV e V.



Questão 55 (Peso 2,0)

Com relação a salário e à remuneração, assinale com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () A remuneração se refere à totalidade dos pagamentos habitualmente auferidos pelo operário, em razão do contrato de emprego, ainda que feitos por terceiros.
- () As utilidades fornecidas com frequência pelo empregador ao empregado, em virtude do contrato de trabalho, se configuram, em regra, vantagem *in natura*, incorporando-se ao salário.
- () A jurisprudência predominante inclui a incidência da gorjeta paga, usualmente, no cálculo do aviso prévio das horas extras, do adicional noturno e do repouso semanal remunerado, por entender que essas parcelas não são calculadas sobre o salário *stricto sensu*.
- () Desde que o risco do empreendimento econômico deve ser suportado pelo empregador, não pode este estornar comissões já pagas ao empregado, em razão de cancelamento de vendas ou inadimplência de clientes não insolventes.
- () As ausências legais e justificadas do obreiro — *incluindo-se as decorrentes de acidente de trabalho* — não podem ser descontadas no cálculo da gratificação natalina (*décimo terceiro salário*) ou das férias; no caso destas, ressalvam-se as ausências decorrentes de acidente de trabalho, nas quais o obreiro auferiu do INSS pagamento do correlato benefício por mais de 06 (seis) meses, contínuos ou não.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V F V V
- B) V F V V F
- C) F V V F V
- D) F V F F V
- E) V V V V V

Questão 56 (Peso 1,5)

Com relação à alteração do contrato de emprego, assinale com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () O *jus variandi* se conceitua como a faculdade concedida ao empregador de realizar, contanto que atento aos limites normativos, modificações na prestação de serviços, a exemplo da mudança do horário de início e término da jornada, dentro do mesmo turno.
- () A reversão é o retorno do empregado que ocupava cargo de confiança, em comissão, por menos de 10 (*dez*) anos, ao cargo de origem, com redução salarial, notabilizando-se como conduta vedada pelo ordenamento jurídico pátrio.
- () A transferência do empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, sob a condição de que haja necessidade de serviço, pode ocorrer e, desde que não seja provisória, enseja o pagamento do adicional de vinte e cinco por cento.
- () As alterações bilaterais (*aquelas em que há concordância entre empregado e empregador*) são sempre possíveis, salvo quando há defeito no ato jurídico.
- () O rebaixamento, que consiste no regresso do empregado a nível inferior ao que ocupava na empresa, por motivo de imperícia do próprio trabalhador, é permitido pela legislação pátria.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V F F V V
- B) V F F F F
- C) F V V F V
- D) F F V V V
- E) V V V V V



Questão 57 (Peso 1,5)

Sobre a cessação do contrato de emprego, pode-se afirmar:

- I. É entendimento jurisprudencial majoritário atual, baseado em deliberação do STF, que a aposentadoria espontânea extingue o pacto empregatício.
- II. A CLT e leis esparsas enumeram taxativamente as espécies de falta grave do obreiro — *que levam à sua despedida, por justa causa* —, cujo ônus de provar é do empregador.
- III. É requisito de validade do pedido de demissão de empregado com mais de um ano de serviço, nos contratos por tempo indeterminado, a assistência do respectivo sindicato ou do Ministério do Trabalho.
- IV. É ato faltoso do empregador — *que enseja a declaração de despedida indireta* — tratar o operário com rigor excessivo, a exemplo da proibição de utilização do banheiro, salvo nos intervalos da jornada.
- V. Uma vez concedido o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva após o transcurso do prazo, pois não se admite, em nenhuma hipótese, a retratação.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão verdadeiras é a

- A) I, II e IV.
- B) I, II e V.
- C) I, III e V.
- D) II, III e IV.
- E) III, IV e V.

Questão 58 (Peso 1,0)

Em relação à estabilidade e às garantias provisórias de emprego, pode-se afirmar:

- A) A jurisprudência tem se inclinado a acatar a estabilidade provisória do dirigente sindical apenas a partir do devido registro do sindicato perante o Ministério do Trabalho.
- B) Aos representantes dos empregados na CIPA — *Comissão Interna de Prevenção de Acidentes* — se garante o emprego, desde a efetiva eleição até um ano após o final do mandato.
- C) O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, à manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente, sendo sensato admitir-se outrossim que essa estabilidade provisória também ocorrerá se for constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do pacto empregatício.
- D) É pacífico o entendimento doutrinário no sentido de que é ilegal a despedida, sem justa causa, da empregada gestante, mesmo que esta, no momento da denúncia do contrato, desconheça seu estado gravídico.
- E) A estabilidade decenária, garantia dada a trabalhadores após completarem dez anos de serviço ao mesmo patrão com opção pelo regime do FGTS, só se aplica aos empregados que já eram estáveis à época da Constituição Federal de 1988.

Questão 59 (Peso 1,0)

Sobre a prescrição, na seara trabalhista, de acordo com a jurisprudência sumulada do TST, é correto afirmar:

- A) A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição, inclusive em relação a pedidos distintos.
- B) A mudança de regime jurídico, de celetista para estatutário, não implica a extinção do contrato de emprego e, portanto, não constitui marco para o prazo prescricional.
- C) Tratando-se de demanda que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é total, mesmo quando o direito à parcela estiver também assegurado por preceito de lei.
- D) A prescrição intercorrente se aplica na Justiça do Trabalho.
- E) A prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS é trintenária, observado o prazo de dois anos após o fim da relação empregatícia.



Questão 60 (Peso 1,0)

A respeito de segurança e higiene do trabalho, pode-se afirmar:

- A) Ao menor de dezoito anos é permitido o trabalho noturno, mas proibido o labor em locais perigosos ou insalubres.
- B) Ao aprendiz – *entre quatorze e vinte e quatro anos* – poderá ser estipulado contrato de trabalho superior a dois anos, entretanto tal circunstância deve ser formalmente registrada em CTPS.
- C) Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o uso de força muscular superior a vinte quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos, para o trabalho ocasional, não se compreendendo, nessas restrições, a remoção de material feita por instrumentos mecânicos.
- D) A periculosidade se dá no contato permanente com inflamáveis ou explosivos, em condições de risco acentuado, o que assegura ao obreiro o direito à percepção do adicional de trinta por cento sobre o salário mínimo.
- E) O adicional noturno, para os que trabalham na pecuária, é calculado entre as vinte e uma horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte, sendo que a hora noturna, no particular, é computada como de cinquenta e dois minutos e trinta segundos e sofre uma carga de vinte e cinco por cento sobre a hora normal.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 61 (Peso 1,0)

A alternativa correta em relação à competência incontroversa da Justiça do Trabalho para processar e julgar é a que se refere

- A) à ação abrangendo segurado e o INSS, na qual se debate a concessão de benefício previdenciário.
- B) à lide entre funcionário público estatutário e município da Federação, após a edição da Emenda Constitucional nº 45/2004.
- C) à demanda que envolve discussão oriunda de relação de consumo, quando o prestador de serviços for pessoa jurídica.
- D) ao conflito de competência entre Juiz do Trabalho e Juiz de Direito Estadual (*que não esteja investido na jurisdição trabalhista*).
- E) à contenda entre sindicatos que disputam a representação de determinada categoria, profissional ou econômica, numa mesma base territorial.

Questão 62 (Peso 1,5)

Sobre partes e procuradores, é verdadeiro o que se afirma em

- I. A capacidade processual plena do obreiro é adquirida tão-somente aos dezoito anos, salvo se o mesmo foi emancipado anteriormente.
- II. O mandato *apud acta*, inadmissível na Justiça Laboral, decorre de um conjunto de atos praticados por advogado em nome da parte ou da sua simples presença em audiência, embora nos autos não conste procuração.
- III. Age na condição de substituto processual aquele que figura no processo em nome próprio, mas defendendo direito alheio.
- IV. A assistência judiciária gratuita é devida, unicamente, pela entidade sindical, quando a associação presta serviços jurídicos em prol do obreiro, mas o benefício da gratuidade de justiça pode ser concedido pelo juiz a qualquer trabalhador, independente de esse estar patrocinado por ente sindical ou profissional da advocacia, desde que preencha os requisitos legais, implicando apenas a isenção do pagamento de despesas processuais.
- V. A pena por litigância de má-fé pode ser infligida de ofício pelo juiz exclusivamente ao advogado que descumprir seus deveres éticos no processo.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e III.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.



Questão 63 (Peso 2,0)

Com relação aos vícios do ato processual e à teoria das nulidades, assinale com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () A sentença de um juiz recentemente aposentado é um ato anulável, salientando-se que a ausência de impugnação de qualquer das partes, no prazo legal, gera preclusão, com a convalidação do ato.
- () À luz do princípio da transcendência, entende-se que não haverá nulidade sem prejuízo manifesto aos interessados, embora violada a forma processual adequada.
- () A inexistência ou nulidade da citação (*notificação inicial*) poderá ser denunciada até no curso do processo de execução, se ali ocorreu a primeira oportunidade do sujeito passivo da lide de falar nos autos.
- () A decretação de nulidade não tem, necessariamente, efeitos sobre todos os atos posteriores àquele inquinado, mas tão-somente os que dele dependam ou dele sejam consequência.
- () As nulidades serão sempre declaradas mediante provocação dos litigantes, não podendo o juiz decretá-las de ofício.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) F V F V F
- B) F V V V F
- C) F V V F V
- D) V F V V F
- E) V F F F V

Questão 64 (Peso 1,5)

Com relação ao procedimento ordinário e sumaríssimo, assinale com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () No procedimento sumaríssimo, só se aceita a citação por edital se o autor provar, liminarmente, ao ingressar com a ação, que o réu se encontra em endereço incerto ou desconhecido.
- () As causas de valor acima de quarenta salários mínimos, sujeitas ao rito ordinário, devem ter, obrigatoriamente, as sessões de audiência divididas em inaugural, de instrução e de julgamento.
- () Os órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional estão excluídos da incidência do procedimento sumaríssimo, o que não ocorre com as empresas públicas e as sociedades de economia mista, as quais possuem personalidade jurídica de direito privado.
- () Apenas no rito ordinário se permite o ingresso de aditamento, bem como o fracionamento da audiência para a produção de prova pericial.
- () Por sua natureza excepcional, a sentença prolatada em procedimento sumaríssimo não admite oposição de recurso ordinário, salvo se houver violação literal da lei, contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou ofensa direta à Constituição da República.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V V
- B) V V F V V
- C) V F F V V
- D) F V V F F
- E) F F V F F



Questão 65 (Peso 1,0)

Sobre a audiência, no processo trabalhista, pode-se afirmar:

- I. O juiz pode determinar que se retire da sala de sessões qualquer das partes — as quais, no ato, estão acompanhadas por profissionais da advocacia — que se comportar inconvenientemente, utilizando-se do seu poder de polícia, sendo prudente que o faça após os interrogatórios dos querelantes.
- II. Se, na assentada inaugural, comparecer o advogado do réu, munido de contestação e procuração, mas desacompanhado de seu cliente que não se encontrava impossibilitado de locomover-se, o magistrado não decretará a revelia do reclamado.
- III. O preposto deve ser obrigatoriamente empregado do demandado, mesmo quando se trata de empregador doméstico e micro ou pequeno empresário.
- IV. Antes da audiência inicial, devem as partes apresentar, previamente, rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito de ouvi-las.
- V. A ausência das propostas de conciliação (*sobretudo a que deve ser sugerida após a adução de razões finais*), pelo juiz, enseja a nulidade absoluta dos atos processuais posteriores.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I e IV.
- B) I e V.
- C) II e III.
- D) II e V.
- E) III e IV.

Questão 66 (Peso 2,0)

Com relação à petição inicial e à resposta do reclamado, nos ritos laborais, assinale com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () Não se permite, em nenhuma hipótese, o aditamento após a regular notificação citatória do réu.
- () A CLT estabelece que o juiz pode, por sua iniciativa, alterar o valor atribuído à causa pelo autor, mesmo que o réu não o tenha impugnado.
- () A incompetência relativa do juízo, em razão do lugar, deve, tecnicamente, ser arguida em sede de preliminar de mérito, não através de exceção.
- () A prescrição, que deve ser levantada como matéria prejudicial, quando acolhida pelo magistrado, extingue o feito com resolução do mérito.
- () A compensação, restrita a verbas de natureza trabalhista, pode ser suscitada na contestação ou até em sede de recurso ordinário, já que o ordenamento jurídico brasileiro repele o enriquecimento sem causa.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) F F F V F
- B) F F F V V
- C) F V V V F
- D) V F V F V
- E) V V V V V

Questão 67 (Peso 1,5)

Em relação às provas no processo do trabalho, é verdadeiro o que se afirma em

- A) O TST deliberou que os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meios de prova, invertendo-se o ônus probante relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da petição inicial se dele não se desincumbir.
- B) A jurisprudência e doutrina majoritárias têm entendido, ao contrário do que estabelece o texto consolidado, que o depoimento pessoal das partes é faculdade do juiz, não meio de prova que pode ser requerido pelos litigantes.
- C) Sendo estritamente necessário, o juiz ouvirá testemunhas impedidas e suspeitas, após serem as mesmas, perante ele, devidamente compromissadas.
- D) A juntada de documentos novos, referentes a fatos anteriores à sentença, excepcionalmente, é admitida até em sede recursal, mesmo que os contendentes livremente deles já dispunham anteriormente.
- E) A revelia gera sempre a absoluta de veracidade dos fatos alegados na petição inicial, dada a pena de confissão do demandado que ela induz.



Questão 68 (Peso 1,0)

Em relação à sentença, nos dissídios individuais, pode-se afirmar:

- A) De acordo com a CLT, as sentenças condenatórias ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas nelas constantes, entretanto não é necessário apontar o limite de responsabilidade de cada litigante pelo recolhimento da contribuição previdenciária.
- B) A conciliação homologada judicialmente tem efeito de decisão irrecurável, inclusive para a Previdência Social — *quanto às contribuições que lhe forem devidas* —, podendo ser impugnada tão-somente por meio de ação rescisória.
- C) Dentre os efeitos secundários da sentença de natureza constitutiva — *as que modificam as relações jurídicas* —, está o de produzir a hipoteca judiciária.
- D) A sentença nula (*por exemplo, a prolatada por um juiz absolutamente incompetente*) transita em julgado, podendo, por isso, ser rescindida, mas a sentença inexistente (*por exemplo, a proferida por quem não é juiz*), por não produzir coisa julgada material, deve ser objeto de ação meramente declaratória, cujo exercício do direito é imprescritível.
- E) Honorários advocatícios são devidos quando o sindicato, beneficiário da gratuidade de justiça, atua como parte.

Questão 69 (Peso 1,0)

Sobre o sistema recursal trabalhista, pode-se afirmar:

- A) Na Justiça do Trabalho, as deliberações interlocutórias, desde que terminativas do feito, podem ser atacadas por agravo de instrumento.
- B) O agravo de petição, recurso próprio para se opor contra decisões proferidas na fase de execução, só será recebido quanto o agravante, além de expor as razões de seu apelo, delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, sendo permitida a execução imediata da parte remanescente até o final.
- C) Os recursos, no processo trabalhista, têm, em regra, efeito devolutivo e suspensivo.
- D) O princípio da fungibilidade — *segundo o qual um recurso, mesmo sendo incabível para atacar determinado tipo de decisão, pode ser considerado válido, desde que não haja má-fé ou erro grosseiro* —, que não é expressamente admitido no atual CPC, nunca foi aplicável nos ritos laborais.
- E) Cabe recurso de revista para o TST das deliberações proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos TRT's, visando a corrigir erros na apreciação da prova, destinando-se diretamente à proteção do direito subjetivo do contendente, corrigindo eventual injustiça que lhe tenha sido feita.

Questão 70 (Peso 2,0)

Sobre a execução trabalhista, é correto afirmar:

- I. Ao contrário da vigente sistemática processual civil, a CLT prevê explicitamente a impugnação, pelo próprio exequente, da sentença de liquidação por cálculo.
- II. Na execução provisória — *em que a decisão condenatória ainda não transitou em julgado* —, os atos se limitam à constrição do patrimônio do réu, sendo inadmissível a expropriação dos bens do devedor.
- III. São impenhoráveis os bens de família, neles incluídos veículos de transporte e obras de arte.
- IV. Nas execuções contra a massa falida, referentes a ações trabalhistas, o feito será processado na Justiça Laboral até a apuração do respectivo crédito, para posterior habilitação no juízo universal da falência, com inscrição no quadro geral de credores, pelo valor determinado em sentença.
- V. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, esta é intimada para pagar o valor liquidado ou nomear bens à penhora para, em seguida, se quiser, oferecer embargos, os quais, transitados em julgado, cedem lugar ao procedimento específico do precatório ou da RPV — *Requisição de Pequeno Valor*, a depender do montante do débito apurado.

A alternativa em que **todas** as afirmativas estão corretas é a

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.